

ANO 5  
Nº 15  
JANEIRO  
FEVEREIRO  
2008

# Maranhão Industrial

Impresso  
Especial

18061/2005-DR/MA  
FIEMA-MA

CORREIOS

## ALERTA

Empresas ampliam oferta de energia para fugir do apagão



### PISCICULTURA

Peixes em cativeiro ganham espaço em fazendas de pecuária

### PRODUÇÃO

PIB do Maranhão cresce em percentual maior que a média nacional

### PROFISSÃO

Cursos técnicos são melhor opção para preencher vagas na indústria

FIEMA  
SESI  
SENAI  
IEL

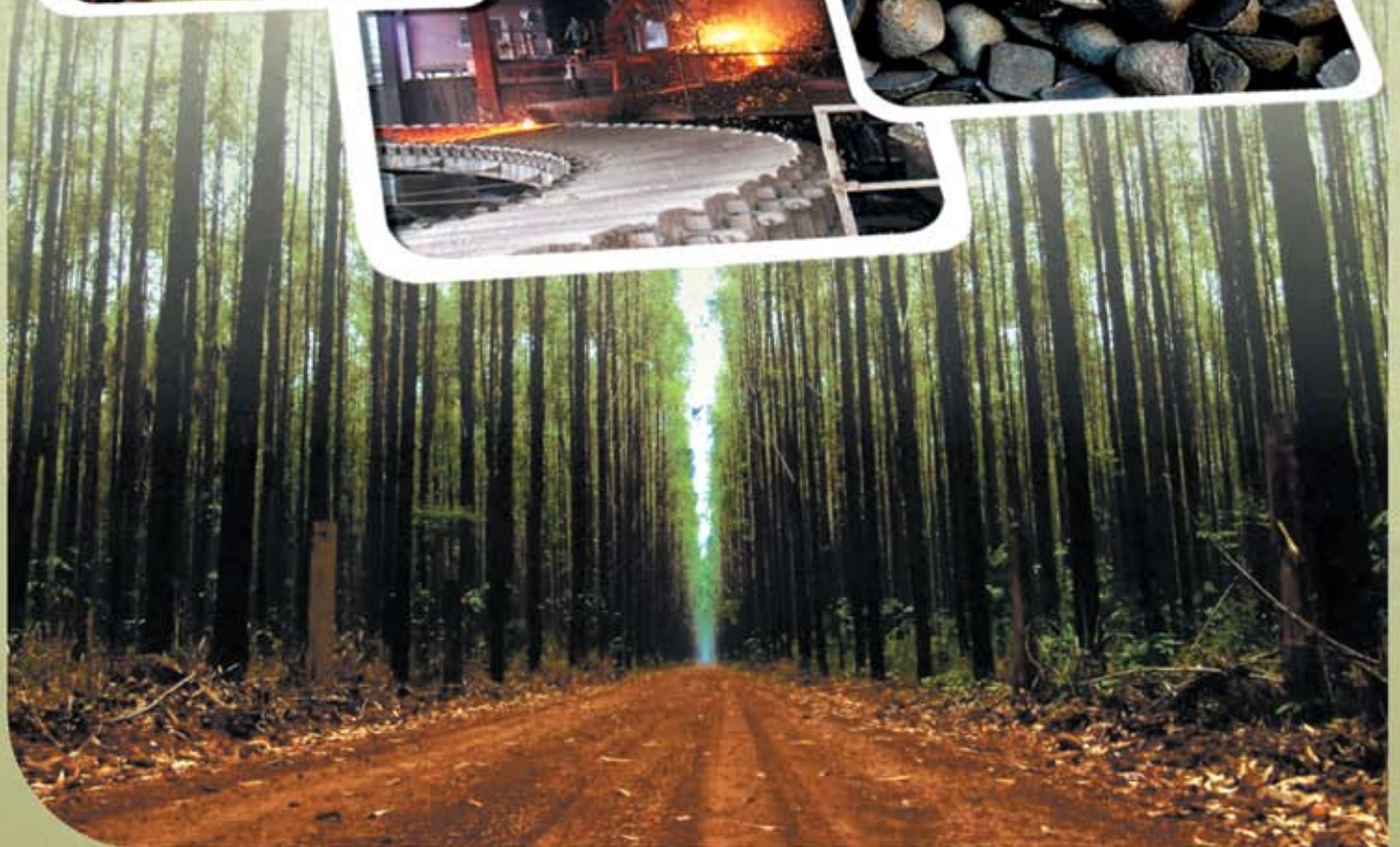
Sistema  
**FIEMA**



SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FERRO GUSA DO ESTADO DO MARANHÃO

## Sustentável

Sustentabilidade na produção do carvão vegetal é uma busca permanente das siderúrgicas de ferro gusa do Maranhão. As Siderúrgicas investem no plantio do eucalipto através de pesquisas, controle das operações de plantio, análise do solo, controle da adubação e das pragas, inventário e manejo das florestas, além do desenvolvimento de mudas geneticamente melhoradas para conseguir cumprir a meta de reflorestamento, até conquistar a auto-suficiência na produção de carvão vegetal.





## Energia 16

Sistema elétrico e empresas locais se preparam para a possibilidade de novo racionamento. Investimentos no setor aumentam a oferta de energia para a indústria.

## PIB em alta 22

Produto Interno Bruto cresce mais que a média nacional, mas renda *per capita* ainda é uma das menores do país.



## Piscicultura 26

De olho no baixo investimento e retorno mais rápido que a pecuária, produtores estão investindo na criação de peixes em cativeiro.

## Artes Plásticas 34

Falta de colecionadores aproxima artistas plásticos da decoração.



# Maranhão Industrial

## SEÇÕES

Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

## Formação Profissional 30

Cursos técnicos podem suprir grande parte da demanda da indústria em menor tempo.

Federação das Indústrias do Estado do Maranhão

www.fiema.org.br

**Presidente em Exercício:** Francisco de Sales Alencar

**1.º Vice-Presidente:** Edilson Baldez das Neves

**2.º Vice-Presidente:** William José Nagem

**Vice-Presidentes:** Jair Rosignoli, Franklin Delano M. Rocha, José Orlando Soares L. Filho, Edivan da Silva Amâncio, José Raimundo N. Sarmiento, Mário Machado Mendes, José Ribamar B. Oliveira, José Augusto Batista, Francisco de Assis Miranda, Benedito Bezerra Mendes, José Antonio Buhaten, José de Ribamar Barbosa Belo, Joanas Alves da Silva, Ricardo Nascimento, Antonio Carlos Lopes Ribeiro, Pedro Robson H. da Costa, Cirilo José Campelo Arruda, Carlos Augusto F. Mendes, Jílilio Rodrigues dos Santos e João Aberto Teixeira Mota Filho

**1.º Secretário:** Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo

**2º Secretário:** Rachid Abdalla Neto

**1º Tesoureiro:** José de Ribamar Fernandes

**2º Tesoureiro:** José Ribamar Pereira

**Conselho Fiscal:** José Seabra Godinho, Eduardo de Souza Leão e João Neto Franco

**Suplentes do Conselho Fiscal:** Antônio Alves Barbosa, Neife Abdalla e Carlos Alberto Ferreira da Silva

**Delegados Representantes Junto à CNI:**

**Efetivos:** Jorge Machado Mendes e Francisco de Sales Alencar

**Suplentes:** Edilson Baldez das Neves e Pedro Robson. Holanda da Costa.

**Presidentes dos sindicatos afiliados:** Ana Ruth Nunes Mendonça, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito Bezerra Mendes, Edvan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Barros Carvalho, Francisco de Assis Miranda, Joanas Alves da Silva, João Alberto Teixeira Mota Filho, João de Deus Pires Leal Neto, João Neto Franco, José Raimundo Sarmiento, José Antonio Buhaten, José de Ribamar Fernandes, José Ribamar Pereira, Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Nelson José Nagem Frota, Paulo Roberto Costa Nagem, Ricardo Nascimento, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

## Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804

www.fiema.org.br - maranhaoindustrial@hotmail.com

**Consultor Econômico:** Marco Antonio Moura da Silva

Edição: Portal da Comunicação

**Editora:** Cíntia Machado

**Reportagem:** Cíntia Machado, Luís Fernando Baima, Ribamar Cunha, Franci Monteles, Maurício Oliveira e Selma Figueiredo.

**Fotografia:** A. Baêta, Álbum de Cavalcante Ramalho, A. Baren e Banco de Imagens.

**Capa e Editoração:** Prole Comunicação

E-mail: prolecomunicacao@gmail.com

**Impressão:** Gráfica Minerva

**CONTATO COMERCIAL:**

Tel: (98) 8111.6901

E-mail: oportaldacomunicacao@hotmail.com

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Ao Editor

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

*As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.*

## AO LEITOR

Caro leitor,

A primeira edição da Revista Maranhão Industrial em 2008 mostra como o sistema elétrico e as empresas maranhenses estão se preparando para driblar o fantasma de um novo apagão e como essas iniciativas irão, ao mesmo tempo, contribuir para a expansão da oferta de energia elétrica no estado, um requisito básico para o crescimento econômico.

Em outra matéria você fica sabendo da nova estratégia do governo estadual e de agentes públicos financeiros no setor da pesca artesanal e da piscicultura. O Maranhão quer aproveitar a segunda posição no Nordeste para beneficiar e comercializar o pescado. O sistema integrado de produção, já usado por grandes indústrias de avicultura, será testado agora na pesca. O avanço da piscicultura traz ainda oportunidades de negócios em áreas como produção de ração, laboratório de alevinos, filetagem e beneficiamento do couro de peixe.

Analisamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao período de 2002-2005. Os números apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão vem crescendo nos últimos anos, em termos percentuais, acima da média da Região Nordeste e do país, mas ainda mantém a concentração de renda e está entre os estados com o menor PIB *per capita*. A previsão é de que novos empreendimentos industriais já em discussão deverão sustentar o crescimento das riquezas produzidas no estado nos próximos anos e acelerar o processo de crescimento.

Para quem está indeciso sobre a formação profissional, o momento é de investir na formação técnica, com cursos mais rápidos e de mais fácil colocação no mercado de trabalho. Você também vai conhecer nessa reportagem a iniciativa de algumas empresas na capacitação do seu quadro funcional e as áreas apontadas pelo SENAI Maranhão como de maior demanda.

Boa leitura e um excelente 2008!

*A editora*

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Francisco de Sales Alencar\*

# 2008: um ano promissor



Apesar de o ano começar com problemas na economia mundial (crise americana com repercussão nas bolsas de valores), pressão inflacionária, elevação de impostos (IOF e CSLL) e ameaça de apagão energético, acreditamos que este cenário seja temporário e que 2008 será promissor para o país tanto quanto foi 2007.

Desse modo, nossa expectativa é da manutenção do crescimento econômico, tendo o setor industrial como principal motor a puxar as demais atividades produtivas na geração de mais emprego e renda para a população.

No caso do Maranhão, a FIEMA está convicta que 2008 se consolidará como um ano de impulso do setor industrial, com a atração de novos investimentos, sobretudo nas áreas de maior vocação do estado, condizente com suas potencialidades econômicas, suas vantagens comparativas e logística de infra-estrutura.

Para esse panorama favorável se consolidar é fundamental que as obras de infraestrutura previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Maranhão se

materializem, sobretudo aquelas voltadas para a melhoria da logística de transporte (porto, rodovias e ferrovias).

Nesse processo de inserção do estado num contexto sócio-econômico favorável, à luz das propostas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão, é importante que governo e iniciativa privada caminhem juntos, por uma sociedade mais justa e que dê oportunidade a todos. Tal parceria já começa a ser traduzida na formação de um pacto público-privado em prol do crescimento do estado.

O Plano Estratégico pode e deve ser assimilado pela sociedade como um instrumento que aponta os cenários para a economia do estado até o horizonte de 2020, cujos projetos nas diversas cadeias produtivas, se implementados, contribuirão decisivamente para um acelerado processo de industrialização, tão sonhado pelos maranhenses.

Não temos dúvidas que 2008 será promissor! ■

*\*Presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

## TRANSPORTE I

A Federação das Indústrias tem buscado o apoio do governo estadual para defender investimentos na infra-estrutura de transportes com foco na melhoria da competitividade do setor produtivo. Como forma de contribuição, foi produzido o documento “Prioridades de Investimentos em Infra-estrutura de Transporte”. Além da FIEMA, o documento teve como signatários a Federação do Comércio (Fecomércio), Associação Maranhense de Supermercados (Amasp), Associação Comercial (ACM), Federação das Associações Empresariais (Faem), Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor Centro-Norte (Fapcen), CDL e Faema.

## TRANSPORTE II

O documento aponta que problemas no sistema rodoviário e no sistema hidroviário, principalmente pela falta de serviços de cabotagem, representam uma desvantagem competitiva para o estado em relação a seus concorrentes no mercado nacional e internacional e, especialmente, na captação de investimentos. Outra preocupação é que o Porto do Itaqui receba os investimentos necessários para atender a demanda esperada com a consolidação do Corredor Centro Norte – especialmente a advinda do agronegócio regional e do crescimento das atividades industriais e agroindustriais.

## RECURSOS DO PAC ▼

Recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na ordem de R\$ 200 milhões, deverão consolidar o Porto do Itaqui, em São Luís, como o mais moderno e competitivo

da região. Os recursos, garantidos pelo governo federal ainda no final do ano passado, deverão ser utilizados nas obras de dragagem e recuperação dos berços 101 e 102 e na construção do berço 100.



## CONSELHOS TEMÁTICOS

A Federação das Indústrias está investindo este ano na criação de Conselhos Temáticos Permanentes. Serão três: o de Relação de Trabalho e Desenvolvimento Social, com a função de acompanhar e apresentar propostas de alteração da legislação sindical e trabalhista; o de Meio Ambiente e Responsabilidade Social, com o objetivo de acompanhar legislação pertinente à área e formular linhas de ação para aumentar a competitividade das indústrias; e o de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial e da Micro e Pequena Empresa.

## SELO DE QUALIDADE

O Sistema FIEMA, por meio do SENAI, lançou em fevereiro o Programa de Qualidade para Lácteos (PQL). Como uma das vertentes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão, o PQL pretende o adensamento da pecuária leiteira no estado e para isso conta ainda com a criação do “Selo de Qualidade em Lácteos”. Para tornar a indústria de laticínios mais competitiva, serão trabalhados todos os elos da cadeia produtiva, desde a ordenha do leite nas propriedades rurais, industrialização, transporte, comercialização, até chegar ao consumidor final. São parceiros no programa o Sebrae, a Associação Maranhense de Supermercados (Amasp), a Secretaria de Indústria e Comércio (Sinc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Instituto do Agronegócio do Maranhão (Inagro) e os sindicatos das indústrias de Panificação e de Leite – Sindipão e Sindileite, respectivamente.



## TEMOS VAGAS ▲

De olho nas quase 10 mil vagas que o setor da construção civil deverá demandar em 2008 em São Luís para suprir o crescimento imobiliário previsto, o Sinduscon-MA criou um banco de dados para disponibilizar às empresas interessadas em contratar. O cadastro contém profissionais como pedreiro, carpinteiro, mestre de obras, técnico em edificações, bombeiro hidráulico, soldador, jatista, pintor, encanador, ferreiro, mecânica, soldador, eletricitista e armador.

## FORTALECIMENTO SINDICAL ▶

O Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Óleos Vegetais e de Produtos Químicos e Farmacêuticos, filiado à FIEMA, por meio do Programa de Desenvolvimento Associativo, da CNI, e do Programa de Fortalecimento Sindical da FIEMA, coordenado pelo IEL, inaugura na internet um espaço com informações para associados, investidores e formadores de opinião. O site [www.sindoleo-ma.org.br](http://www.sindoleo-ma.org.br) traz informações sobre o agronegócio, especialmente no que diz respeito ao cultivo de oleaginosas para produção de óleo e biocombustível. O Sindóleo defende a definição urgente de uma política de produção de biocombustível que oriente, por exemplo, a exploração do babaçu.



## ENERGIA

No final do ano passado, a Vale arrematou por R\$ 31 milhões nove dos 271 blocos levados a leilão pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram arrematados três blocos na bacia de Santos. Dois deles por meio do consórcio Vale (30%), Petrobras (40%) e Maersk Oil (30%) e o terceiro com a Petrobras (60%). Na bacia Pará - Maranhão, a empresa ganhou licença de exploração em quatro blocos em água rasa. Todos por meio do consórcio Vale (30%), Petrobras (40%) e Ecopetrol S.A. (30%). Na bacia de Parnaíba, foram arrematados dois blocos em terra pelo consórcio Vale (20%), Petrobras (40%) e Devon Energy Corporation (40%). O objetivo da Vale é diversificar as fontes energéticas para atender às suas necessidades de consumo.

## ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (Sinc) contabilizou a cifra de mais de R\$ 3 bi atraídos no ano passado para investimentos no estado nos próximos quatro anos. Para 2008, algumas metas são: o lançamento do Programa de Biodiesel do Maranhão, um marco regulatório indispensável para o desenvolvimento local do setor, e a instalação do Pólo Logístico Distribuidor no Distrito Industrial de São Luís. As novas indústrias que estão chegando ao Maranhão em ramos como a produção de fertilizantes, biocombustíveis, móveis, fabricação de colchões, produtos de higiene, fármacos, geração de energia, laticínios, açúcar, carnes e embutidos, e beneficiamento de couro ajudarão a fomentar o desenvolvimento em outras regiões do estado, contribuindo para a interiorização da atividade industrial.



## MENOS BUROCRACIA

Instituições que trabalham na promoção das exportações maranhenses estão em processo de criação do Centro Integrado de Comércio Exterior. Reunidas em um único local e sob uma gestão compartilhada, entidades como FIEMA, SEBRAE, Correios, Caixa, BNB e Emap querem diminuir a burocracia e dar mais efetividade na concretização de negócios entre as empresas locais e outros países. Serão ofertados serviços de informação, capacitação e consultoria.

## EXPORTAÇÃO ▶

As empresas maranhenses interessadas na internacionalização dos seus negócios têm uma boa opção no Programa Exporta CIN. A Rede Brasileira de Centros Internacionais de Negócios, ligada à Confederação Nacional das Indústrias (CNI), inicia este ano o segundo ciclo do programa. O objetivo é colocar empresas de médio porte de todos os setores industriais (fornecedores) frente à frente com os clientes em mercados internacionais. Para isso é aprimorada a competência exportadora das empresas e prestada assessoria para concretização de negócios. Para mais informações entrar em contato com o Federação das Indústrias pelo telefone (98) 3212-1840 ou pelo e-mail [cin@fiema.org.br](mailto:cin@fiema.org.br).

## INDÚSTRIA SAUDÁVEL

O Programa SESI Indústria Saudável fará um diagnóstico da saúde do trabalhador do Maranhão para detectar riscos de doenças crônicas não-transmissíveis (diabetes, hipertensão arterial, obesidade etc), acidentes e doenças ligadas ao trabalho. Em uma segunda etapa serão distribuídos materiais educativos. A adesão ao programa é gratuita. As empresas interessadas podem entrar em contato pelo telefone (98) 3232-5115 ou pelo e-mail [lunarita@fiema.org.br](mailto:lunarita@fiema.org.br).



## CONCURSO

A Companhia Energética do Maranhão lançou o Prêmio CEMAR de Jornalismo. O objetivo é estimular o debate e destacar a importância da energia elétrica como fator de desenvolvimento social e econômico nas cidades. As inscrições poderão ser feitas até o dia 31/07/2008. Os in-

teressados podem acessar o site [www.cemar-ma.com.br](http://www.cemar-ma.com.br) para fazer download do regulamento e do formulário de inscrição. Além das categorias de mídia impressa (texto) e eletrônica (televisão e rádio) para os graduados, os estudantes poderão concorrer na modalidade Novos Talentos.

# “Financiamento requer formalidade e organização ambiental”

*Por Cíntia Machado*

Dos R\$ 8 bilhões anunciados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para este ano, pode chegar a R\$ 1 bi os recursos destinados pela instituição ao Maranhão. É o que prevê o Superintendente do órgão no estado, Francisco José de Moraes Alves. Grande parte desses recursos virá do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que desde o início do ano reduziu as taxas de juros. No setor industrial, entre 2004 e 2007, foi contratado R\$ 1,2 milhão apenas por empresas que integram o Pólo Gesseiro de Grajaú e este ano a expectativa é que os recursos cheguem R\$ 1 milhão, valor que tende aumentar à medida que as empresas saem da informalidade e se organizam do ponto de vista ambiental. Também há projetos de pesquisa na área de agroenergia apoiados pelo banco no estado envolvendo, especialmente, o aproveitamento do óleo de babaçu para a produção de biodiesel.



*Revista Maranhão Industrial - Se comparada a outras regiões do país, o Nordeste recebe a menor fatia de recursos para investimentos em projetos de desenvolvimento, criando uma distorção nesse processo. No caso específico do BNB, que anunciou um investimento de R\$ 8 bilhões na região em 2008, como fica o Maranhão na divisão do bolo entre os estados atendidos?*

**Francisco José de Moraes Alves** - Não existe uma divisão por estado. Os projetos são atendidos de acordo com sua apresentação ao Banco e sua aprovação. Nos últimos anos, o Maranhão tem recebido muitos investimentos e a participação do estado no volume de aplicações do FNE tem sido crescente. Acreditamos que em 2008 o BNB no Maranhão deverá investir cerca de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão.

*MI - Para manter a competitividade, desde o início do ano que está em vigor o rebatimento das taxas de juros do*

*Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O que muda na prática para quem já tem financiamento ou vai adquiri-lo? Em qual setor a medida terá o maior efeito? Qual o montante de recursos do Fundo?*

**Francisco Alves** - As taxas do FNE foram reduzidas a partir de 01.01.2008. A menor redu-

---

**“Acreditamos que em 2008 o BNB no Maranhão deverá investir de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão.”**

---

ção foi para o setor industrial e comercial, que agora passam a se aproximar mais das taxas do crédito rural, que sempre foram menores. Todo financiamento feito no passado é contemplado com essa redução na taxa de

juros, automaticamente, a partir dessa data. Os novos negócios já serão realizados com as novas taxas. O volume de FNE para 2008 é de R\$ 6 bilhões. Só de FNE o Maranhão deve aplicar de R\$ 600 milhões a R\$ 800 milhões este ano.

*MI - Ao mesmo tempo em que o estado comemora um aumento no índice de empregos gerados em comparação aos demais estados da região Nordeste e há um crescente interesse de investidores em desenvolver projetos locais, especialmente na área do agronegócio, instituições como o BNB trabalham com um alto índice de inadimplência em algumas linhas de financiamento. Como lidar com os dois lados da moeda?*

**Francisco Alves** - Existem dois blocos de operações de crédito que devem ser tratados distintamente: um é o das operações contratadas na época de altas taxas de juros e de inflação e outro é o das operações contratadas a partir da estabilidade econômica e de taxas de juros mais estáveis e fixas. A partir da estabilização da economia, principalmente a partir dos últimos cinco anos, quando as taxas de juros do FNE passaram a ser pré-fixadas, a inadimplência tem se comportado dentro de limites aceitáveis e tem sido tratada adequadamente.

*MI - Dos 217 municípios maranhenses, o BNB está presente fisicamente apenas em 15. Como aumentar a capilaridade do banco, chegando mais próximo de quem precisa de crédito?*





**Francisco Alves** - O Banco do Nordeste dispõe de 15 agências no estado e pontos de atendimento do Crediamigo e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em diversos municípios. Ademais, o BNB firmou parceria com correspondentes como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal que vão dar maior capilaridade aos negócios. Em 2008, pretendemos ampliar o número de escritórios de apoio e postos de atendimento em outros municípios em parceria com as Prefeituras Municipais.

*MI - Especificamente, qual a estratégia do BNB para alavancar a agroindústria e a indústria no estado? Programas de financiamento de pequenos empreendimentos, como Crediamigo e Agroamigo atendem de alguma maneira pequenos empreendimentos industriais?*

**Francisco Alves** - A nossa estratégia tem sido, em parceria com o Governo Estadual, divulgar as potencialidades do

---

*“Em 2008, pretendemos ampliar o número de escritórios de apoio e postos de atendimento em parceria com as Prefeituras Municipais.”*

---

estado nesses segmentos e oferecer apoio financeiro para quem deseja se instalar na região. A decisão do empresário para investir envolve a análise de variáveis como disponibilidade de matéria-prima, infra-estrutura de energia e logística, acesso a mercados, incentivos fiscais e financeiros. A participação do apoio do BNB tem sido fator importante na decisão do empresário em investir no Maranhão, o que tem sido crescente.

*MI - A Federação de Indústrias, juntamente com outras instituições, tem defendido junto ao governo estadual prioridades de investimentos em infraestrutura de transporte, pois considera desvantagem para o estado – inclusive na captação de recursos internacionais – a situação dos sistemas rodoviário e hidroviário. Nesse sentido, que parcerias estão sendo articuladas com o BNB?*

**Francisco Alves** - O Banco do Nordeste não financia projetos de interesse público, mas sim para empresas privadas. A exceção é o caso do PRODETUR, com recursos do BID, para infra-estrutura turística. Nesse aspecto podemos atuar muito nas anunciadas PPPs (Parcerias Público-Privadas), onde o BNB pode financiar a parte privada do projeto.

*MI - O Pólo Gesseiro de Grajaú, a construção civil, a agroindústria e siderurgia são algumas das áreas já definidas pela Federação das Indústrias como de maior potencial de crescimento no estado. Bancos como o BNDES já anunciaram prioridade em atendimento a esses projetos no estado. Qual o apoio concreto do BNB em relação ao desenvolvimento desses setores?*

**Francisco Alves** - O Pólo Gesseiro, especificamente, está se estruturando e se organizando aos poucos, mas de modo consistente. O BNB tem apoiado esse processo de estruturação e organização com os nossos

Agentes de Desenvolvimento. Ainda temos muita informalidade e falta de estrutura ambiental e organização do trabalho. À medida que as empresas vão se organizando e se estruturando em níveis aceitáveis, passam a receber o apoio financeiro para ampliar e modernizar os seus processos e os resultados são positivos. No período de 2004 a 2007, o banco liberou cerca de R\$ 1,2 milhão para o pólo, tendo os municípios de Barra do Corda e Codó a maior demanda. Para 2008, o BNB pretende investir na atividade cerca de R\$ 1 milhão. Vale ressaltar que em 2007 deram entrada no banco diversos projetos, que juntos correspondem em média a R\$ 180 mil e que não foram contratados por falta de licença ambiental, fator que foge da alçada do banco.

*MI - Que contribuições o BNB tem dado ao desenvolvimento da cadeia produtiva do biodiesel no estado no que se refere a pesquisas científicas, cultivos de oleaginosas e instalação de novas plantas industriais?*

**Francisco Alves** - Em termos de pesquisas científicas, através do FUNDECI, o BNB tem apoiado com recursos não reembolsáveis diversos projetos de pesquisadores nordestinos e maranhenses, inclusive na área



de biocombustíveis. Existem projetos de instalação de empresas no segmento em discussão no governo do estado e no BNB.

---

*“Os resultados dos trabalhos desenvolvidos através do FUNDECI beneficiam diretamente o setor produtivo.”*

---

*MI - O BNB está selecionando projetos de pesquisa e difusão de tecnologia nas APLs de base mineral, a exemplo da cerâmica, calcário e gipsita. Também apóia estudos em agroenergia. De que maneira esses projetos poderão contribuir com o Maranhão? Há projetos para estudos locais inscritos e/ou já em desenvolvimento?*

**Francisco Alves** - O BNB tem financiado, através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), mais de 80 projetos de pesquisa e de difusão tecnológica no Maranhão, principalmente no setor agropecuário, envolvendo a maioria das instituições que realizam atividades de pesquisa no estado. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos através do FUNDECI beneficiam diretamente o setor produtivo, melhorando a competitividade das empresas e dos produtores rurais com a incorporação de novos conhecimentos em suas atividades. Com relação ao Edital Mineral, os resultados poderão ser aproveitados pelas empresas do Maranhão, assim como por qualquer outra do Nordeste. Os trabalhos na área de agroenergia apoiados no Maranhão envolvem principalmente o aproveitamento do óleo do babaçu para a produção de biodiesel. ■

# A Nova Fronteira.



## MARANHÃO. Um Estado pronto para o seu investimento.



De tempos em tempos surge uma nova região que atrai os olhos dos investidores do país. Foi assim ao longo da nossa história: na corrida pelo ouro das Minas Gerais, pelo café do interior paulista, pelo açúcar do nordeste, pela borracha do norte, pela construção de Brasília, pela agroindústria do centro-oeste. Hoje, as oportunidades apontam para o centro-norte, uma região em franco desenvolvimento, onde podemos destacar o Maranhão, que além de suas fronteiras com o Tocantins, no portão da Amazônia, possui o segundo maior litoral do país. Com uma infra-estrutura portuária, de estradas de ferro e rodovias, o Maranhão está pronto para escoar não só a sua produção, mas a de todo o centro-norte do Brasil. Turismo, indústria, agronegócio, comércio, seja qual for o interesse econômico, o Maranhão tem as oportunidades para fazer seu investimento render.



# SISTEMA ELÉTRICO E

## Com o racionamento de 2001, a indústria assimilou o insumo energia elétrica como prioridade

*Por Ribamar Cunha*

A indústria brasileira, motor da economia, responde hoje pelo consumo de 38% da energia gerada no país. Esse importante setor, no entanto, como as demais atividades, convive novamente com o fantasma do apagão elétrico, devido à queda nos níveis dos reservatórios das hidrelétricas causada pela escassez de chuva. O racionamento é tudo que o Brasil não quer, pois se vier a acontecer, será um freio na expansão industrial e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O problema está tão presente na agenda de discussões e preocupações das empresas, que o Sistema Indústria do Rio de Janeiro chegou a apresentar ao governo federal uma proposta de racionalização de energia elétrica para o país, para se evitar os mesmos erros cometidos em 2001, quando as medidas foram tomadas tardiamente.

Na mesma linha de raciocínio, o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, é favorável a que o governo estabeleça regras claras para um eventual racionamento e não espere a situação chegar a um nível crítico para se tomar medidas.

Em todo caso, a lição de 2001 serviu para a indústria assimilar o insumo energia elétrica, tão importante ao seu processo produtivo, não apenas no plano limitado de consumidor, mas como prioridade na estratégia de crescimento das empresas, a partir de investimentos em produção.

Assim, grupos nacionais e internacionais, como Alcoa, Vale, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Bunge Fertilizantes, Wall-Mart Brasil, Nestlé do Brasil, entre outros, investiram na instalação de plantas geradoras de energia, a exemplo de pequenas centrais hidrelétricas (PCH), usinas termelétricas de energia (UTE) e até mesmo usinas hidrelétricas de grande porte, utilizando matrizes energéticas diversas – água, óleo diesel, bagaço de cana-de-açúcar, gás natural, eólica, óleo combustível.

A Vale é um exemplo de empresa que tem o foco dos seus investimentos voltados para garantir o auto-consumo de energia. A determinação é de se buscar alternativas energéticas que garantam a sustentabilidade do seu negócio a longo prazo. A mineradora, que registra um consumo médio mensal de 2.000 MW, o que corresponde a 4,5% do consumo do Brasil, tem planos de investir US\$ 1,5 bilhão nos próximos anos em projetos na área de energia.

Segundo informações da Assessoria de Imprensa da Vale, entre 2003 e 2007, a empresa investiu mais de US\$ 720 milhões em geração de energia no Brasil, basicamente em sete hidrelétricas com capacidade total de 1.422 MW. Mais US\$ 1,3 bilhão será aplicado na



# EMPRESAS EM ALERTA

construção das usinas hidrelétrica de Estreito (MA/TO) e térmica de Barcarena (PA), que irão gerar 1.687 MW. Estão em estudo outras duas térmicas, com capacidade de 1.200 MW. Os investimentos da companhia representam 23% da geração futura planejada pelo governo até 2011.

O projeto da Hidrelétrica de Estreito também é de interesse da Alcoa, uma das sócias do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar). Quando entrar em operação, em 2010, a usina terá capacidade instalada de 1.087 MW de energia. A multinacional também está correndo atrás da auto-sustentabilidade energética.

A obra da Usina de Estreito é importante para a Alumar, cuja produção anual de alumínio é de quase 450 mil toneladas. A empresa é suprida pela energia elétrica gerada na usina de Tucuruí, no estado do Pará.

Para se ter uma idéia da importância do insumo energia nas decisões de investimentos das empresas, a Alumar só bateu o martelo de expansão da linha III da fábrica de redução (produção de alumínio) depois de fechar contrato no valor de US\$ 4 bilhões com a Eletro-norte para o fornecimento de energia elétrica. Assinado em junho de 2004, o contrato vale por 20 anos.

Outro setor que também está investindo em alternativas energéticas é o de ferro-gusa. Essa atividade, juntamente com a do aço, responde por 22% do consumo industrial de energia elétrica no país. Das sete plantas de ferro-gusa existentes no Maranhão, quatro delas (Simasa, Pindaré, Viena e Gusa Nordeste) investiram na co-produção de energia com instalação de usinas termelétricas a vapor, a

partir do aproveitamento dos gases emitidos por seus altos-fornos.

Além de se blindar de um novo apagão, a iniciativa dessas empresas também tem dois aspectos: o econômico, por deixar de comprar ou reduzir a compra de energia, e ambiental, pois alguns projetos são de produção de energia limpa, de fontes renováveis. A Federação de Indústria já sinalizava com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial para a necessidade de ampliação e qualificação da infra-estrutura e da logística, o que inclui projetos de expansão e diversificação da oferta de energia e expansão na transmissão no estado.

## ALTERNATIVAS

No auge do racionamento de energia elétrica em 2001, a **Agroserra**, empresa produtora de grãos (soja, milho e algodão) e cana-de-açúcar e de álcool carburante, sediada no município de São Raimundo das Mangabeiras, já era exemplo de produção de energia limpa, a partir do bagaço da cana. Na época, eram gerados 3.150 KW/h de energia.

Atualmente, os 8 MW de energia gerados pela usina estão sendo utilizados em grande parte no sistema de irrigação da **Agroserra**, que está buscando parcerias para ampliar a capacidade de geração para 40 MW e consolidar sua auto-suficiência.



A expansão da capacidade instalada da usina, de acordo com o diretor-presidente da **Agroserra**, Pedro Ticianel, além de garantir a irrigação de 100% dos canais, elevando a produtividade agrícola média para 80 t/ano, ainda teria excedente para suprir as demais demandas do projeto, como produção de açúcar e álcool, fábrica de ração animal, esmagadora de soja para obtenção de ração animal e biodiesel, produção de proteína animal, secagem de grãos e sementes e setor administrativo.

Segundo o Anuário 2008 Análise Energia, o processamento de biomassa para a produção de energia, utilizando o bagaço da cana, respondeu pela exportação de 2.000 MW para o sistema elétrico ano passado. A perspectiva é que, com o aumento da produção de cana-de-açúcar e instalação de novas caldeiras, o país passe a gerar mais de 6.000 MW tendo a biomassa como matriz energética.

As empresas de cerâmica vermelha também estão preocupadas com a questão energética. A atividade é uma grande consumidora de energia da biomassa. No Maranhão, as indústrias estão despertando para essa matriz, a partir do uso da casca do arroz e resíduos de

madeira. “Estamos estudando essa nova alternativa energética para não ficarmos dependentes do sistema elétrico”, disse o presidente do Sindicato das Indústrias de Cerâmica para Construção no Estado do Maranhão (Sindicema), Benedito Bezerra Mendes.

Além de seus negócios no ramo de cerâmica, Benedito Bezerra Mendes também tem planos de processar biomassa da casca de arroz visando a produção de energia para atender a demanda da empresa de beneficiamento de arroz do grupo BB Mendes, no município de Itapecuru-Mirim.

O setor industrial maranhense representa apenas 1% da carteira de 1,4 milhão de consumidores da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), enquanto o comércio tem participação de 5%. A maior fatia da base de clientes é de consumidores residenciais (87%).

## RACIONAMENTO

Em 2001, quando o Maranhão adotou o Programa de Racionalização do uso de Energia, para evitar que o estado entrasse no racionamento obrigatório estabelecido pelo governo federal, o setor industrial foi bastante afetado,

# UFMA DESENVOLVE PROJETO DE

A matriz energética brasileira é concentrada 85% em usinas hidrelétricas, dependendo, portanto, da capacidade normal dos reservatórios para gerar energia. Com a escassez das chuvas, acendeu-se a luz amarela do risco de um novo racionamento.

Mas o país tem capacidade para ampliar sua matriz energética a partir de investimentos em novas fontes geradoras, a energia eólica, que hoje possui uma potência instalada de apenas 237 MW (0,03% da matriz energética).

Enquanto os Estados Unidos e Canadá têm planos de ampliar a capacidade de geração de seus parques eólicos para 45.000 MW e 48.000 MW, respectivamente, até o ano de 2020, no Brasil a projeção para esse período é

de atingir apenas o teto de 1.900 MW. O que é muito pouco para um país que dispõe de ventos favoráveis.

O estado do Maranhão, que detém o segundo maior litoral brasileiro, reúne todas as condições de gerar energia eólica. É um passo importante para ampliar essa matriz limpa e renovável está sendo dado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que desde 2002 vem trabalhando no projeto.

Ano passado, o Núcleo de Energias Alternativas, do Departamento de Engenharia de Eletricidade da UFMA, instalou um gerador eólico no Campus, com capacidade para produzir até 10KW de energia. O equipamento custou US\$ 27,9 mil e foi custeado pela FINEP

pois teve que adequar seu parque produtivo para reduzir em 17,5% seu consumo de energia. À época, a atividade industrial respondia por 16% do consumo de energia elétrica no estado. Hoje, essa participação é de 18%.

Nos cálculos da Câmara de Gestão da Crise Energética, formada pelo poder público, Cemar, Eletronorte e diversas entidades de classe, dentre as quais a Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), ficou estabelecido que em julho de 2001 a indústria maranhense só poderia consumir até 29.160 KW/h.

Além da indústria, teriam que colaborar para que o estado reduzisse em 28,5 mil KW/h o seu consumo de energia, os setores comercial (22,5%), residencial (20%), zona rural (20%), prédios públicos (35%), iluminação pública (20%), serviço público (20%) e a própria Cemar (30%).

A presidente da Companhia Maranhense de Gás (Gasmar), Telma Thomé Travincas, que em 2001 participou da Câmara de Gestão da Crise Energética como representante da Cemar, disse que a situação daquela época é muito diferente de hoje. “À época do racionamento (2001) o sistema interligado nacional

apresentava um mapa bastante desequilibrado em seus submercados, ressaltando a situação de transmissão, o que nos afetou diretamente”, comparou.

No mapa do sistema elétrico nacional, o Maranhão está localizado no Norte, que em 2001 tinha capacidade de transmissão e que para atender aos demais submercados deficitários entrou em racionalização com meta de redução de carga de 20% sem sobretaxa tarifária por dois meses.

Hoje, em termos de transmissão, a capacidade dos submercados norte e sul está ampliada, entretanto a capacidade de geração do país não teve a expansão compatível à expectativa de crescimento econômico. Tanto que este ano há um déficit estrutural de 2.000 MW de energia elétrica, resultado do desequilíbrio da oferta média de 52.000 MW para uma demanda projetada em 2008 de 54.000 MW.

Para Telma Travincas, tendo em vista o atual cenário energético brasileiro, é emergencial uma postura política mais agressiva em termos de definição de uma política setorial, especialmente no segmento de geração, que garanta condições de crescimento ao país. ■

## GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA

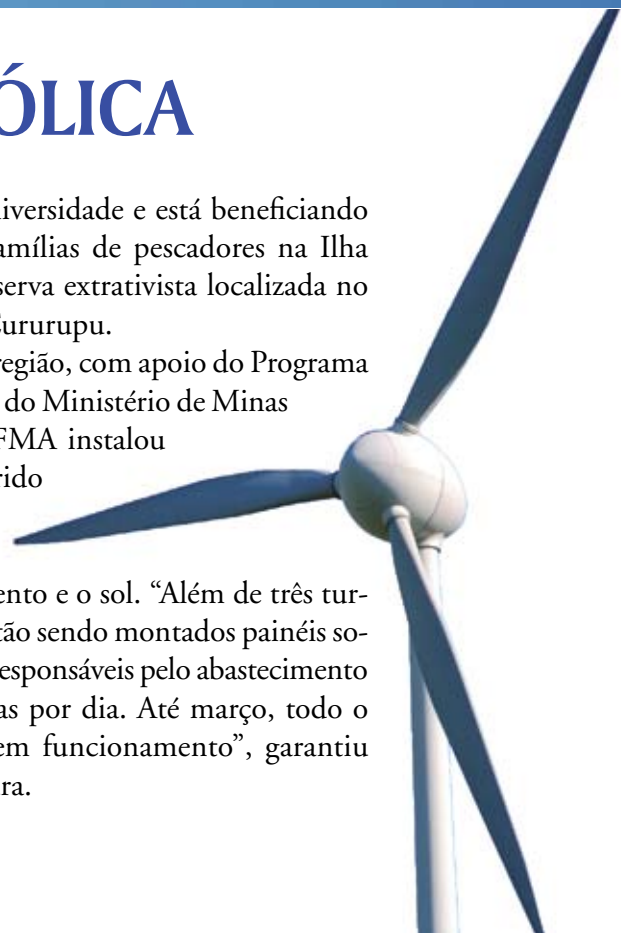
(Financiadora de Estudos e Projetos) – órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Além do avanço que representará para a matriz energética maranhense, a energia gerada pela turbina será transmitida à rede elétrica do Campus, o que proporcionará uma economia de R\$ 12 mil/ano à universidade. “A Cemar ainda precisa fazer reparos na rede instalada no Bacanga para que possamos por em prática esse plano”, informou o coordenador do Núcleo de Energias Alternativas, professor Osvaldo Saavedra.

O projeto de desenvolvimento de energia alternativa, do qual participam ainda três professores e oito estudantes da graduação e do mestrado em Engenharia Elétrica, avançou

os muros da universidade e está beneficiando cerca de 100 famílias de pescadores na Ilha dos Lençóis, reserva extrativista localizada no município de Cururupu.

Naquela região, com apoio do Programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, a UFMA instalou um sistema híbrido de energia sustentável, tendo como fonte o vento e o sol. “Além de três turbinas eólicas, estão sendo montados painéis solares, que serão responsáveis pelo abastecimento da ilha, 24 horas por dia. Até março, todo o sistema estará em funcionamento”, garantiu Osvaldo Saavedra.



# Em São José de Ribamar

O Plano Diretor do município de São José de Ribamar destinou uma área para instalação de indústrias classificadas como "LIMPAS". Compreendendo-se nessa categoria aquelas que não agredem o meio ambiente, não produzem poluentes e utilizam, preferencialmente, a mão-de-obra local.

# o negócio é ser limpeza!

Estas empresas estão instaladas na área destinada às indústrias e agronegócios de São José de Ribamar e possuem o perfil de **INDÚSTRIAS LIMPAS**.

ÁGUA MINERAL FLORATTA . COLCHÕES ORTOCLASS

COLCHÕES SPUMAFLEX . CREMOSINHO IND. E COMÉRCIO

NATURAL ALIMENTOS . SABOR LATICÍNIOS



**SE VOCÊ TAMBÉM QUER SER LIMPEZA, JUNTE-SE A NÓS!**

Venha instalar a sua empresa em São José de Ribamar e vamos juntos trabalhar para o desenvolvimento do Maranhão.



# PIB EM ASCENSÃO, RIQUEZA CONCENTRADA

## Produto Interno Bruto do Maranhão cresce mais que a média nacional em termos percentuais

Mais da metade (53,8%) do Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão, a soma de todas as riquezas produzidas pelo estado, está sob a responsabilidade de apenas cinco municípios: São Luís, Açailândia, Imperatriz, Balsas e Caxias. Os outros 212, do total de 217, respondem por 46,19% do PIB, que em 2005 alcançou a marca histórica de R\$ 25,3 bi – quase R\$ 10 bilhões a mais do que em 2002, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar do PIB estadual apresentar crescimento contínuo desde 1999 (R\$ 7,9 bi) - o que é bastante positivo - ainda é preciso dividir melhor o bolo entre os municípios e criar mecanismos para aumentar a participação do setor privado.

A concentração de renda preocupa porque há um crescimento espacial e demanda para que o poder público crie políticas de desconcentração e descentralização da renda. O primeiro está relacionado à criação de mais lugares onde se gerem riquezas. Já o segundo está relacionado à distribuição da riqueza. “A riqueza com um pequeno número de municípios favorece a concentração de renda. Isso resulta no fenômeno migratório, na atração de pessoas para estas áreas, gerando o inchaço populacional; problemas urbanos em saneamento, saúde, infra-estrutura e tantos outros”, observa o vice-presidente do Conselho de Economia do Maranhão (Corecon), José Cursino.

É necessário ter políticas públicas que ofereça incentivos fiscais e incentivem a realização de investimentos nos demais municípios do estado em áreas como transporte, energia, água e qualificação de mão-de-obra. “Cabe ao governo investir em infra-estrutura, ou seja, criar condições para que o investimento privado aconteça, pois é ele (o privado) que vai puxar o crescimento econômico”, sintetizou o economista.

Outro dado preocupante é o fato de São Luís responder por 54,8% do PIB industrial de todo o estado em 2005. Açailândia aparece em segundo lugar com 6,1%; seguida de Imperatriz (5,6%), Balsas (3,5%) e Caxias (1,9%). Em São Luís, o maior percentual do PIB tem relação com o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar); em Açailândia, com a Viena Siderúrgica; em Imperatriz, com Companhia Maranhense de Refrigerantes; em Balsas, com a Induscal - Indústria de Calcário Ltda e, em Caxias, com a Primus Schincariol Indústria de Cerveja e Refrigerantes.

O setor agropecuário contribuiu com 16% do PIB maranhense e o restante ficou com o de serviços, que inclui os segmentos mais modernos da economia, a exemplo da informática, do sistema financeiro e das pesquisas. No Maranhão, especificamente, o setor de serviços tem a presença forte do comércio, do poder público e do sistema financeiro. “Quan-

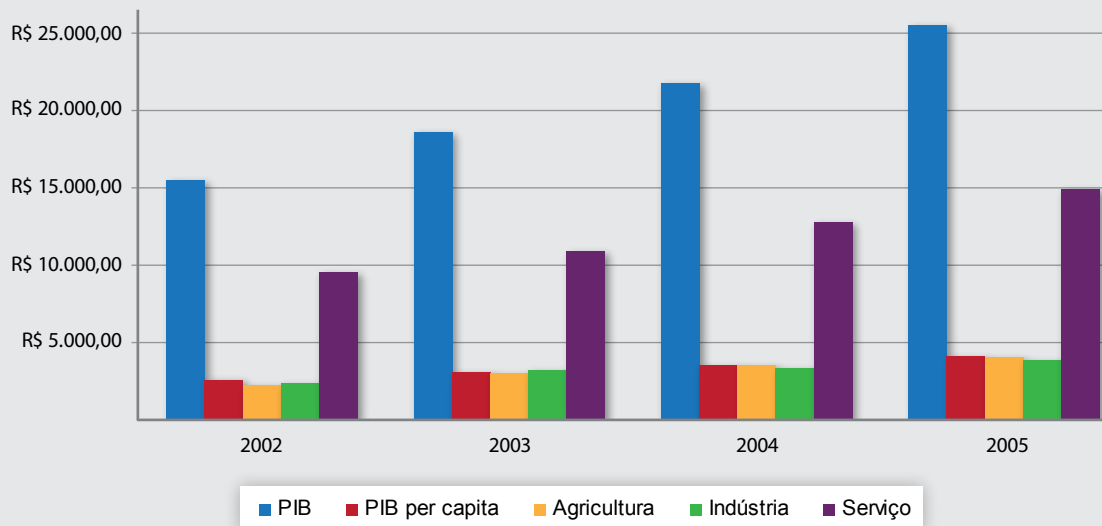
to menor o PIB do estado, maior a presença da administração pública. Mas nos casos do Maranhão (25%) e da Bahia, as transferências públicas não parecem relevantes se analisado o valor total do PIB”, disse o Supervisor de Pesquisas Econômicas da Unidade Regional do IBGE, Zilmar Alves Ferreira. No entanto, ele alerta que quando a análise é feita por município, a dependência da administração pública fica mais do que evidente.

“O estado precisa, porém, que o setor industrial seja maior. É o setor industrial que tem um encadeamento e efeitos maiores porque são os grandes investimentos que vão atuar permitindo a descentralização da renda de maneira mais célere”, disse o economista Cursino, que considera uma grande ferramenta para a iniciativa privada e para o governo estadual o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão. A tarefa não é fácil diante da falta de cultura empreendedora, de poucos investimentos e de outras necessidades emergenciais como saúde e educação, mas é imprescindível ter uma agenda de desenvolvimento para o Maranhão com um projeto específico para impulsionar o setor industrial.

A distribuição da riqueza é o grande desafio do governo do estado, segundo o secretário estadual de Planejamento, Abdelaziz Santos, ao destacar um outro dado: 75% do PIB estão nas mãos de apenas 11 municípios. De acordo com Santos, o governo aposta na regionalização das ações, fruto de um projeto aprovado recentemente pela Assembleia Legislativa do Maranhão. O projeto prevê o aumento de 19 para 32 regionais administrativas do governo distribuídas dentro do estado. “Só planejando junto com a população vamos descentralizar e municipalizar as ações”, diz o secretário.

Santos reconhece que o PIB do Maranhão está crescendo, o que é um fato positivo, mas de forma descentralizada. Porém, disse, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão no estado este ano, entre recursos nacionais, incluindo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo vai lançar também o Plano Maranhense de Logística e Transporte, que envolve ações voltadas para as áreas de portos, estradas e aeroportos, além de investimentos em energia.

### Evolução do PIB do Maranhão, em milhões, no período de 2002 - 2005



## ÍNDICES SUPERIORES À MÉDIA NACIONAL

Apesar da concentração, os dados do IBGE também apontam mudanças expressivas na área industrial em municípios sem tradição para o setor. Em Barão de Grajaú, por exemplo, a indústria de transformação sofreu um aumento de 121,30% e a construção civil de 36,60%. Em Campestre do Maranhão e Estreito a indústria de transformação cresceu 507,82% e 86,83%, respectivamente, e na construção civil 28,24% e 47,33%, respectivamente.

Um outro indicador de confiança é que no período de 2002-2005, o PIB do estado apresentou variações anuais maiores que a do Nordeste e a do país. De 2003/2002 a variação anual foi 4,33%; de 2004/2003 foi de 8,97% e de 2005/2004 foi de 7,34%. Em 2005, o estado obteve o 2º maior crescimento entre as 27 unidades da federação e foi o 1º da Região Nordeste. A participação em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, em percentual, também vem aumentando: em 2002, foi de 1,05%; em 2003, de 0,9%; em 2004, de 1,11%; e em 2005, de 1,18%. O Maranhão está na 16ª posição na

participação do PIB do Brasil. Posição que tinha sofrido alteração para baixo em 2003, quando o estado ocupou a 17ª posição no ranking.

Em relação ao PIB *per capita* – divisão do PIB total do estado pelo número de habitantes – também houve avanços em índices mais expressivos do que aqueles registrados para o país e para o Nordeste, apesar de o Maranhão ainda figurar na lista como penúltimo quando comparado aos demais estados, só ganhando do Piauí. Em 2002, o PIB *per capita* era de R\$ 2.636,93. Já em 2005, esse valor passou a ser de R\$ 4.149,52. A média do Nordeste é de R\$ 5.498,03 e do Brasil de R\$ 11.658,10. Em termos percentuais, ao longo da série 2002 a 2005, o PIB *per capita* do Brasil cresceu em relação a 2002, 39%; o do Nordeste 41%, e o do Maranhão 57%. Uma das vantagens é que o PIB *per capita* é um dos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ainda que o estado precise alterar significativamente variáveis como acesso à saúde, educação, habitação e saneamento básico para uma mudança mais qualitativa no IDH. ■

### Produto Interno Bruto das 10 maiores cidades do Maranhão em milhões 2002 - 2005

MARANHÃO	2002	2003	2004	2005	
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>PIB</b>	<b>PIB</b>	<b>PIB</b>	<b>PIB</b>	<b>Ranking</b>
São Luís	5.613,50	6.487,82	8.059,78	9.340,94	1º
Imperatriz	1.101,91	1.235,23	1.348,02	1.745,26	2º
Balsas	597,91	999,35	1.043,79	1.336,45	3º
Açailândia	361,98	478,07	591,66	677,59	4º
Caxias	274,71	382,18	426,36	526,18	5º
Timon	293,45	335,50	369,13	439,63	6º
Bacabal	213,41	250,74	281,90	378,31	7º
Santa Inês	210,41	263,06	265,65	286,11	8º
Codó	192,63	240,97	253,15	285,21	9º
São José de Ribamar	169,94	214,85	244,93	276,24	10º

Fonte: IBGE / IMESC, Diretoria de Estudos e Pesquisas, Departamento de Contas Regionais e Finanças Públicas



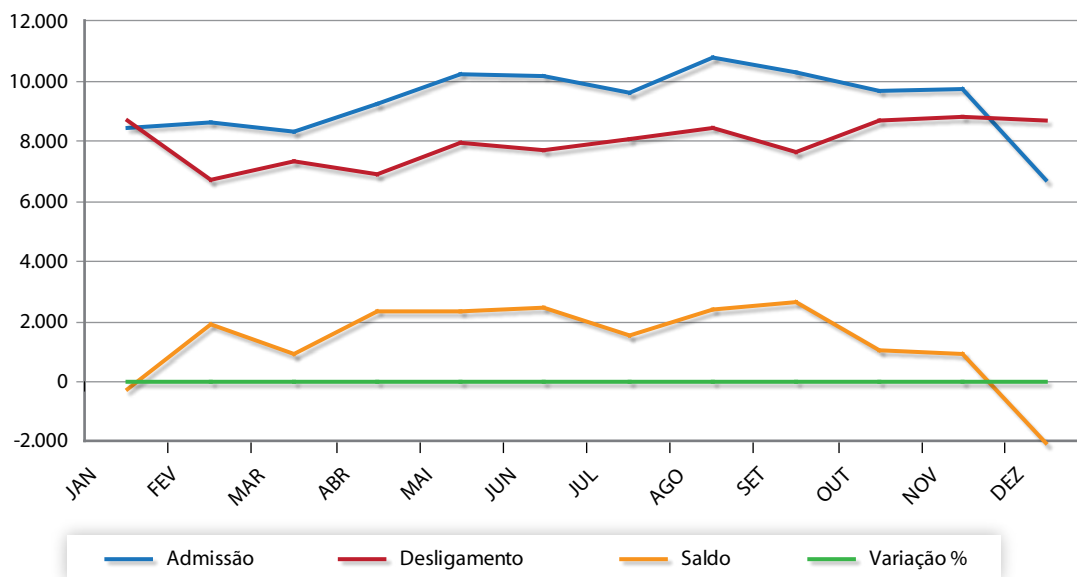
# Indústria eleva índice de emprego na média de 2007

O Maranhão encerrou 2007, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com saldo positivo no número de empregos formais gerados. Ao final do ano, foram 111.763 mil admissões, 95.585 demissões e saldo de 16.178 postos de trabalho, o que representou uma variação no ano de 6,36%. Os meses de janeiro (- 0,10%) e dezembro (- 0,73%) foram os que mais puxaram o índice para baixo. Ao contrário, abril (0,90%), junho (0,94%) e setembro (0,97%) contribuíram com os maiores percentuais para o equilíbrio

do índice. Em janeiro deste ano, a variação registrada foi de 0,21%.

Quando a evolução do emprego é por setor específico da atividade econômica, as maiores contribuições foram da indústria. A indústria de transformação fechou 2007 com 10,53% e a construção civil com 17,12%. Dentro da indústria de transformação, a maior alta foi registrada pela área de mecânica (152,66%) e a menor baixa pelo setor de calçados (- 90%). No comércio, o crescimento foi de 6,16%; de serviços, 5,19%; e da administração pública de 0,17%. Apenas o setor agrícola fechou em queda de 1,16%. ■

Evolução do emprego por setor de atividade econômica



Fonte: Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

# PEIXE NA REDE

Pecuária começa a dividir espaço com investimentos em projetos de criação de peixes em cativeiro, que têm menor custo e maior retorno

*Por Cíntia Machado*

A pesca artesanal, vista muitas vezes apenas sob o aspecto da subsistência, começa a ser orientada no estado para o desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado, com foco também no beneficiamento da produção e na busca de novos mercados. Apesar do alto índice de inadimplência e falta de cultura organizacional e cooperativa dos pescadores, bancos públicos manterão linhas de financiamento da atividade e o governo estadual, por meio do Programa de Desenvolvimento da Piscicultura, deverá injetar no setor R\$ 33,2 milhões até 2010. Estratégias como adoção de sistemas integrados de produção, subsídios do óleo diesel e cultivo de pescado em águas públicas poderão juntar-se ao potencial do estado com segundo maior litoral, importantes bacias hidrográficas e condições climáticas para desenvolver a atividade. Por outro lado, cada vez mais fazendas de gado estão implantando projetos de piscicultura, estimuladas pela demanda, oferta de crédito e

retorno mais rápido dessa atividade.

Entre 1996 e 2000, de acordo com estatísticas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Maranhão manteve-se como o maior produtor de pescado do Nordeste, sendo ultrapassado nos anos posteriores pela Bahia. De lá pra cá, a produção praticamente estagnou: 63,5 mil toneladas/ano em dados de 2005 (ver tabela). Todo esse quantitativo, ainda segundo o IBAMA, refere-se à pesca extrativista artesanal (98,4%) e à aqüicultura (1,6%). Em se tratando de pesca extrativa industrial, exceto pelos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o restante do Nordeste não tem participação significativa. No estado são estimadas 200 mil pessoas vivendo diretamente da atividade pesqueira, 75 mil pescadores cadastrados, 13 mil embarcações e apenas 300 delas com permissão para pesca com rede de malha no continente.



## FINANCIAMENTO

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) realizou mais de 8 mil operações na área de pesca artesanal no estado, totalizando R\$ 9,6 milhões, entre os anos de 2002 e 2007. A partir deste ano, juntamente com as colônias de pescadores, governo do estado e Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura (SEAP), do governo federal, o banco dará um novo direcionamento aos recursos do setor. O gerente executivo do BNB, Jaubas Alencar, explica que tanto a agricultura familiar quanto os demais pequenos empreendimentos serão orientados para o desenvolvimento de cadeias produtivas, da produção à comercialização.

“Trabalharemos com o sistema integrado: pequenos empresários recebendo financiamento e orientação técnica de uma empresa-âncora, que terá garantia de produção e comprará o pescado por um preço justo visando beneficiamento e agregação de valor”, adiantou. O modelo é o mesmo que garante o sucesso de empresas como a Sadia e Perdigão e já está sendo ensaiado no Maranhão com a Frango Americano. Para 2008, apenas para financiar a pesca artesanal na Baixada Maranhense, o BNB tem R\$ 1,5 milhão.

Já o Banco da Amazônia S/A financiou apenas R\$ 2,3 milhões no período de 2003-2007. O valor baixo tem explicação, segundo o superintendente do banco no Maranhão, Luiz Euclides B. Feio, porque a maioria dos pescadores não está autorizada nem pela SEAP nem pelo IBAMA a praticar a atividade profissional.

“É necessária uma grande organização, como alguns municípios que dependem exclusivamente da pesca já começam a fazer: de início tornar os pescadores aptos profissionalmente, regularizando as embarcações, capacitando-os e buscando crédito, além de cuidar, obviamente, do mercado de comercialização”, disse o superintendente.

Para ele, o associativismo também seria bem-vindo, uma vez que ficaria mais fácil organizar os pescadores. “Pela fragilidade e desorganização da classe, os pescadores acabam por ser “presas” fáceis dos atravessadores, que fornecem combustível, gelo e mantimentos em troca da produção capturada, deixando-os endividados e cada vez mais sem renda para reembolsar seus empréstimos contraídos, daí a inadimplência no setor de 27,16%”, informou o superintendente com base nos contratos do Banco da Amazônia S.A.

Uma das alternativas para evitar o endividamento dos pescadores é implantar um programa de subsídio do óleo diesel, que representa ao final uma redução de quase 40% no custo da produção. Na prática, o estado isenta o produto do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). Esse é um dos projetos da SEAP.

## PESCA INDUSTRIAL

O gerente industrial da Netuno Alimentos, Hugo Campos, defende que é tarefa do estado manter uma base industrial (beneficiamento/congelamento) que dê sustentação à

Produção de pescado por ano em tonelada (t)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>BRASIL</b>	693.172,5	732.258,5	710.703,5	744.597,5	843.376,5	939.756,0	1.006.869,0	990.272,0	1.015.914,0	1.009.073,0
<b>Nordeste</b>	184.047,0	188.023,5	189.166,5	200.854,0	219.614,5	244.748,0	285.125,5	315.583,5	323.269,5	321.689,0
<b>Maranhão</b>	<b>56.228,0</b>	<b>58.571,5</b>	<b>60.916,5</b>	<b>59.170,0</b>	<b>62.876,5</b>	<b>58.828,0</b>	<b>58.242,5</b>	<b>58.723,0</b>	<b>59.295,0</b>	<b>63.542,5</b>
Piauí	5.533,0	4.592,5	4.725,5	6.270,0	6.575,0	7.882,5	9.107,0	8.875,5	9.009,5	9.155,0
Ceará	29.521,0	27.907,0	25.266,0	32.109,0	27.562,0	34.993,0	43.752,5	65.355,5	68.619,0	64.020,5
Rio Grande do Norte	14.835,0	14.470,0	14.172,5	16.623,5	22.623,0	26.526,5	39.255,0	57.186,0	53.044,5	46.209,0
Paraíba	7.817,0	9.049,0	7.362,0	9.569,5	14.722,5	17.429,5	13.943,0	10.996,5	10.828,5	8.838,5
Pernambuco	8.879,0	8.480,5	8.731,0	10.260,5	11.355,0	12.432,0	17.003,0	16.599,0	19.039,5	25.798,5
Alagoas	5.712,5	7.510,0	7.339,0	8.320,5	8.965,5	10.532,5	10.846,5	14.926,0	13.026,5	13.989,0
Sergipe	4.403,0	3.967,5	4.017,0	4.282,0	4.635,0	5.757,5	6.459,5	7.498,0	9.442,5	12.279,5
Bahia	51.118,5	53.475,5	56.637,0	54.249,0	60.300,0	70.366,5	86.516,5	75.424,0	80.964,5	77.856,5

atividade. A empresa, com sede em Recife, e considerada a maior exportadora de pescado do país, encerrou em dezembro passado suas atividades no Terminal Pesqueiro de Porto Grande, cujo objetivo era a captação de matéria-prima no litoral do estado. A estrutura contava ainda com um posto de compra avançado no município de Raposa e um frigorífico próprio.

Com foco no mercado exportador – em 2006, 60% dos R\$ 230 milhões de faturamento vieram do mercado externo –, a empresa concluiu que apesar da diversidade de espé-

cies com grande valor comercial no Atlântico brasileiro, os estoques vivos são pequenos se voltados para a pesca industrial. E isso inclui o Maranhão, embora com potencial para a pesca artesanal.

O projeto da Netuno para São Luís – que previa a conquista de frotas pesqueiras internacionais para captura e beneficiamento de peixes pelágicos, que migram principalmente fora das 200 milhas – afundou na baixa do dólar. “Mas isso não significa que a empresa esteja saindo do estado. A competitividade global nos obriga a pensar em custos e isto implica produtividade



## MENOR INVESTIMENTO COM RETORNO MAIS RÁPIDO

O estado tem assistido nos últimos anos – no embalo dos subsídios e crédito – ao surgimento de dezenas de empreendimentos de piscicultura em fazendas tradicionalmente conhecidas pela pecuária. “O cultivo de peixes, em comparação com a pecuária, ganha em produtividade, menor tempo de retorno e baixo investimento”, notou o chefe do Departamento de Pesca e Aqüicultura da Secretaria de Estado de Agricultura (Seagro), o engenheiro agrônomo Anysio Oliveira Paula, acrescentando que a grande maioria da criação de peixe em cativeiro no estado ainda não tem registro oficial.

Impulsionada pela demanda gerada na rede de 11 supermercados do Grupo Mateus, a empresa passou a investir na produção de tambaqui, tilápia e carpa. De acordo com Ilson Mateus, diretor do Grupo, a expectativa é que três a quatro novas lojas sejam abertas por ano e que em 2009 a empresa tenha negócios em outros estados. Sendo assim, a produção

de peixe deverá aumentar para atender o mercado crescente. “Como estamos localizados em um pólo agrícola, Balsas, a disponibilidade de matéria-prima para ração animal reduz os custos de produção e facilita a atividade, que hoje tem uma remuneração em torno de 10%”, falou Mateus.

A estratégia do Grupo aponta para um elo muito importante da cadeia: a produção de ração animal, opção de negócio interessante para um estado com crescente produção de soja e milho, é essencial para o crescimento de atividades como piscicultura, avicultura e suinocultura. O beneficiamento do couro de peixe é outra atividade decorrente do aumento da produção.

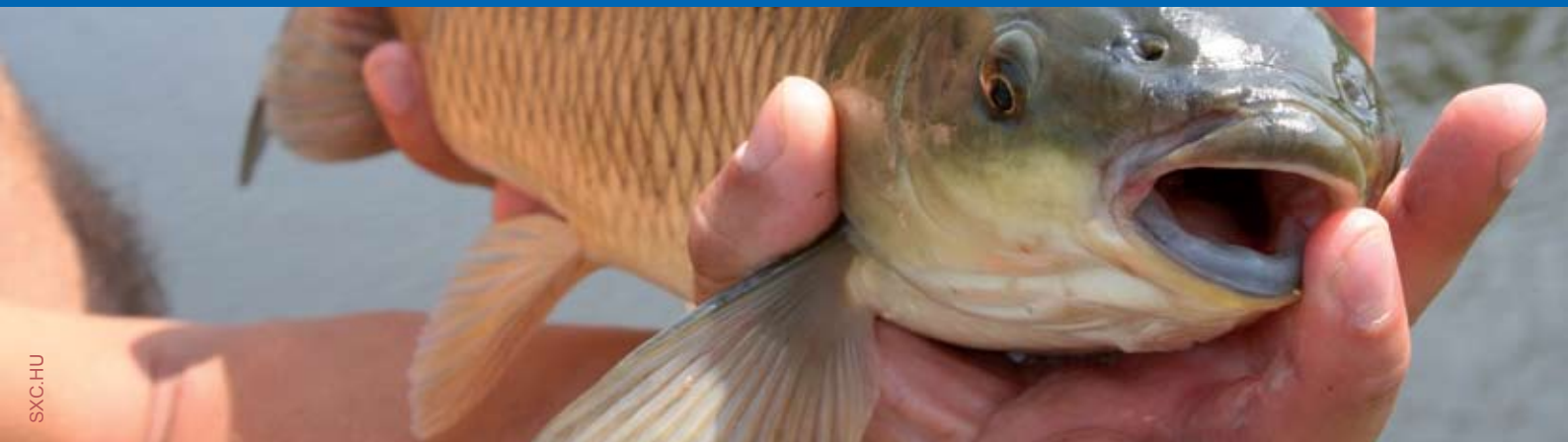
Alguns impeditivos – como baixa escolarização e questões culturais – impedem, como explicou Oliveira Paula, transformar muitos dos pescadores em industriais. No entanto, ele assegurou que é meta do governo estadual criar projetos produtivos estrategicamente localizados no estado voltados para a industrialização

e boas ofertas de matéria-prima que não deixem parar a indústria. É por isto que decidimos focar a aqüicultura, especificamente criação de camarão e tilápia em cativeiro”, explicou.

Atualmente, a Netuno desenvolve um projeto no Rio São Francisco para a produção de 25.000 toneladas/ano destas espécies. “Já estamos procurando outros espelhos d’água onde possamos replicar este pacote tecnológico que inclui centros de alevinagem, tanques de recria e milhares de tanques-redes operados por nós ou por terceiros integrados”, antecipou, assegurando que essa opção inclui o Maranhão.

Na prática isso significa não ficar dependente da pesca artesanal e garantir a produção oriunda de cativeiro.

O último estudo feito pelo SEBRAE-MA sobre pesca e aqüicultura (piscicultura, carcinicultura e ostreicultura), datado de 2003, destaca que a pesca artesanal não é uma característica exclusiva de comunidades pobres do Nordeste brasileiro e que, em nível mundial, estudos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação demonstraram que mais da metade da produção pesqueira do planeta é realizada por pescadores artesanais. ■



SXC.HU

do pescado. “Queremos que vários pequenos sejam grandes e não que o pequeno seja igual ao grande”, resumiu.

No Programa de Desenvolvimento da Piscicultura, do governo do estado, deverão ser envolvidos mais de 22 mil produtores, mais de 5 mil famílias, estimativa de 5,8 milhões de kg/ano e um investimento superior a R\$ 33 milhões até 2010. Serão cinco estações de piscicultura, uma em cada região; oito unidades de beneficiamento de pescado; oito fábricas de gelo e a mesma quantidade de unidades de comercialização. As regiões da Baixada e do Alto Turi concentrarão 50% dos recursos. “Em 70% do estado podemos ter projetos de piscicultura até mesmo como alternativa para a pesca artesanal, visto que está diminuindo o tamanho e a quantidade dos peixes”, disse o engenheiro agrônomo.

A exemplo do município de Anajatuba, a Seagro defende a piscicultura em canais para uso comunitário como uma alternativa viável. Já o governo federal tem lançado editais, a exemplo de Pernambuco, com

o objetivo de implantar empreendimentos de piscicultura em corpo d’água (mar territorial) de domínio da União. Segundo Ivaldo Coqueiro, coordenador estadual da SEAP, a secretaria prevê ainda a instalação de 10 Centros Integrados de Pesca e Aquicultura no estado, com fábrica de gelo, formação profissional e beneficiamento do produto nos municípios de Godofredo Viana, Carutapera, Cedral, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Barreirinhas, Tutóia, Conceição do Lago Açu, Apicum-Açu e São Luís. Uma escola de formação técnica-profissional e culinária funcionará em Barreirinhas por meio de um acordo da secretaria com o Ministério da Educação (MEC).

Ainda na questão da formação, o Maranhão é o único do estado a criar um Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro Escola. Inaugurado em 2006 e ligado à Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA), o Estaleiro Escola possui o Curso Técnico de Embarcações Artesanais, que utiliza técnicas tradicionais de carpintaria naval, e ainda abriga um Museu de Arte Naval, tudo localizado no Sítio Tamancão.

# HÁ VAGAS

## Cursos técnicos oferecem melhor opção de formação de mão-de-obra para a indústria

*Por Maurício de Oliveira*

Trabalhador qualificado há muito se tornou uma peça fundamental que pode determinar desde a instalação de novas indústrias até a qualidade final de tudo que é produzido. Em 2007, a Secretaria de Estado da Economia Solidária identificou mais de 55 mil demandas de capacitação para a indústria e mais de 40 mil provenientes do cadastro de desempregados da SETRES. Na contramão, a oferta de qualificação foi de apenas 4 mil. A principal porta utilizada pelos governos estaduais é o Programa Nacional de Qualificação (PNQ), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para fazer convênios visando à qualificação do trabalhador.

Na prática, esse déficit força o setor industrial a criar sua própria oferta de capacitação promovendo cursos específicos para suas demandas. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, realiza pós-graduações nas áreas de mineração, engenharia ferroviária e engenharia portuária, além de iniciar a implantação de um projeto de formação de mão-de-obra focado em construção civil, mecânica, eletroeletrônica e logística, algumas das áreas que o mercado mais sente falta de qualificação. De acordo com a Assessoria de Comunicação da mineradora, as aulas de pós-graduação estão sendo realizadas em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/MA), enquanto os cursos técnicos têm previsão de início em 2009.

### ÁREAS EM ALTA

Se por um lado as indústrias investem na qualificação dos profissionais para depois contratá-los, quem não consegue uma vaga nos cursos oferecidos pelas empresas precisa correr em busca de qualificação por conta própria. E nessa hora, a grande questão é: qual tipo de qualificação leva mais rapidamente ao mercado de trabalho?

De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os setores da indústria de transformação e de extração mineral, em todo o país, têm carência de mão-de-obra qualificada, enquanto em setores tradicionais o excesso de profissionais qualificados acirra a disputa das, cada vez mais escassas, vagas no mercado de trabalho.

Dados da SETRES indicam que as oito maiores indústrias instaladas no estado devem criar juntas, nos próximos cinco anos, 55 mil empregos diretos e indiretos. Uma prova da grande necessidade de mão-de-obra qualificada que o setor apresenta no estado.

E para que o trabalhador maranhense esteja pronto para as vagas geradas, é preciso qualificação direcionada à produção da indústria do estado, o que não vem acontecendo. Para Marco Moura, economista e Assessor Técnico da Presidência da Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA), há “uma corrida desenfreada em busca dos cursos superiores e tradicionais. As pessoas parecem não estar atentas às mudanças do mercado de trabalho ou não se

### **CAMPEÕES DE VAGAS**

- Técnico em Mecânica
- Técnico de Eletrotécnica
- Técnico de Eletrônica
- Técnico de Informática
- Técnico em manutenção

Fonte: SENAI - MA

dispõem a enfrentar um curso técnico, que hoje lhes dá condições muito maiores de emprego e em menor tempo”, explica.

## REGIONALIZAÇÃO

Atualmente, o Ministério da Educação tenta reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET) com o intuito de “dar gás” ao ensino profissional e tecnológico em todo o país. As Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET’s), as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, as Escolas Técnicas Federais e as Universidades Tecnológicas Federais passarão a se chamar IFET e serão especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica abrangendo desde educação de jovens e adultos até doutorado. Os IFETs deverão dar prioridade também à formação de professores da área técnica e a oferta de cursos deve levar em conta a necessidade do mercado regional, o que irá ajudar – e muito – na formação de mão-de-obra direcionada às diferentes necessidades de cada região.

No Maranhão, indústrias dos mais variados segmentos estão em fase de expansão em diversas regiões do estado. Em Açailândia, por exemplo, cresce a siderurgia; em Estreito, uma hidrelétrica está sendo construída; em Porto Franco, há um grande investimento em soja; Grajaú vive a implantação de um pólo gesseiro; em São Luís, o setor da construção civil está aquecido e sofre com a falta de engenheiros, por exemplo. Para atender parte dessa demanda, o Sinduscon-MA firmou convênio com o SENAI para qualificação profissional de trabalhadores nessa área.

A formação de mão-de-obra é mais intensiva em São Luís. Por outro lado os investimentos em novos empreendimentos estão sendo

interiorizados. Por isso, uma solução – que já é reivindicação de alguns setores da indústria – para esse problema é a descentralização dos centros de formação de profissionais para que o morador da localidade onde a empresa pretende ser instalada possa estar qualificado para atender sua necessidade específica.

Dalcival Ferreira, Gerente de Tecnologia e Qualidade do SESI/SENAI Maranhão, explica que a solução para diminuir o número de pessoas desempregadas no estado pode estar na busca do ensino técnico. “As pessoas devem entender que atualmente está acontecendo uma grande demanda em determinadas áreas e a quantidade de profissionais qualificados em São Luís para trabalhar na indústria não atende a demanda existente no estado, principalmente na região Sul”, afirma.

No ano passado, o SENAI Maranhão registrou mais de 18 mil matrículas em cursos de aprendizagem, qualificação, aperfeiçoamento, habilitação, iniciação e atualização em áreas como segurança no trabalho, transporte, alimentos e bebidas, construção civil, automotiva, tecnologia da informação e energia.

Entretanto, o que mais surpreende não é a escassez de cursos técnicos, mas o desinteresse da população pelo ensino técnico. Existe uma grande defasagem entre a necessidade do mercado e o tipo de capacitação que o jovem, principalmente, escolhe. “Há um crescimento de cursos na área de gestão e é importante que se tenha curso de nível superior, mas em uma grande empresa, somente 4% do seu quadro é formado por pessoas com nível superior. A necessidade do mercado aponta para os cursos técnicos”, revela Ferreira.

Em outras palavras, levar o ensino técnico ao interior do estado é uma boa maneira de atender as demandas de capacitação profissional que a indústria maranhense tem. É também um caminho para dar renda ao maranhense, evitando que empresas deixem de se instalar no Maranhão por falta de material humano ou que elas tenham que captar profissionais de fora do estado para ocupar esses espaços. ■





Jorge Henrique Mariano Cavalcante \*

## O QUE É ARBITRAGEM?



A. BAETA

A Arbitragem é um método extrajudicial de solução de controvérsias, uma espécie de justiça privada, cujas decisões são formalizadas em sentenças dadas por árbitros especialistas, como solução definitiva e irrecorrível. O seu uso pode ser efetivado por qualquer pessoa, que seja “capaz de contratar pode se valer da arbitragem, seja física ou jurídica, para resolver litígios relativos a bens patrimoniais disponíveis”, conforme preconiza o Art. 1 da Lei 9.307. O objetivo é buscar o entendimento entre as partes de forma sigilosa e informal, podendo ser aplicada na solução extra judicial de diversos tipos de conflitos que envolvam direitos patrimoniais disponíveis.

As áreas de atuação da Arbitragem, cujos contornos são inspirados em práticas internacionais, são amplas, podendo se estender à cível, comercial, trabalhista, de seguros, internacionais, entre outras. Sendo a Arbitragem um processo legal, porém não-judicial, o processo se torna mais simples, rápido, barato e discreto, além de apresenta melhor qualidade de decisão, possuir a mesma força da sentença judicial e não admitir recursos.

No processo de Arbitragem, as partes solicitam a intermediação de um profissional técnico com experiência no assunto. Este profissional, nomeado Perito, emite um veredicto, denominado Sentença Arbitral, que tem o mesmo valor que a Sentença Judicial e é amparada por lei. A arbitragem é a representação e a expressão da

vontade das partes e na sua execução, pode ser empregado todo o aparato público e até a força policial, ser for necessário.

No procedimento arbitral, o demandante e o demandado, são aproximados pelo árbitro, que os coloca frente a frente para declararem suas razões um ao outro e chegarem a um meio termo, conciliando-se espontaneamente. Por acordo e transação, as partes convencionam o valor e os termos da indenização e a forma de pagamento da mesma, podendo inclusive estipular uma multa para o eventual inadimplemento da devedora.

Toda a transação é reduzida a termo pelo árbitro na sentença arbitral, que deverá analisar cada ponto de divergência enumerado no compromisso arbitral, sob pena de nulidade, declarando ao final se questão foi resolvida por equidade, ou por acordo e transação das partes ou com base no direito vigente, caso em que fundamentará com o dispositivo legal pertinente.

Pelo que foi apresentado, fica evidente que a Arbitragem é uma área que, cada vez mais, ganha espaço na sociedade. Principalmente tendo em vista a dinamicidade que caracteriza as empresas e a necessidade vigente de soluções rápidas e vantajosas para ambas as partes. ■

---

*\* É professor de Sistema de Informação e Produção da Faculdade Atenas Maranhense e Diretor Institucional do Conselho Regional de Administração.*

# arte de fazer cifras

## Dificuldade em encontrar colecionadores aproxima artistas plásticos da decoração e da arquitetura

Por Selma Figueiredo

Do escorregar do pincel na tela e da moldagem do objeto pelas mãos, até virar alvo de contemplação, apreciação e consumo, um longo caminho é percorrido pela obra de arte. E é nesse riscado de traços imprecisos que o artista plástico, sedento pela criação, precisa deixar as cores e as formas de lado para aprender a conviver com os números e as cifras de um mercado que, no Maranhão, ganha contornos em tons otimistas, esperançosos e também pessimistas em meio a reclamações sobre ausência de incentivo, de galerias comerciais, de salões e prêmios.

A falta de apoio é a moldura que ainda cerca a perspectiva de pintores, desenhistas e escultores quando querem ir mais longe em suas produções, mas alguns dizem visualizar um cenário bem mais animador que no passado. “O mercado está se transformando em uma boa promessa, pois já se vende arte no Maranhão, mas ainda precisamos de um impulso, uma melhor organização”, avalia o artista João Lobato, que desde 1991 é professor do curso de licenciatura em Educação Artística, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde também se formou.

Na visão dele, há uma camada na sociedade local que já reconhece o valor da obra de arte e percebe que o gasto é compensado pelo

objeto adquirido. A preferência, claro, é pela obra de artistas de renome. “O artista precisa compreender que a arte é dom, é sensibilidade, mas a sensibilidade precisa ser educada. Não esqueçamos que, na Europa, a arte é ensinada desde o Renascimento”, afirma Lobato, lembrando que, além dele, há apenas dois artistas plásticos atuantes no quadro de 12 professores do curso da UFMA (Paulo César e Donato).

“Meu sonho é montar uma Escola de Belas Artes em São Luís. É necessário investir-se no capital humano que o Maranhão tem, trabalhando a pintura, a gravura, a escultura... Podíamos seguir o exemplo da música, que tem



uma escola e hoje é curso universitário”, pontua o acadêmico, que pinta desde a adolescência, soma mais de 30 anos de carreira e foi aluno de Nagy Lajos, húngaro que se mudou para a Ilha e ajudou a formar gerações de artistas.

## NO VERMELHO

Fransoufer (junção das iniciais de Francisco Sousa Ferreira) também admite que o setor está melhorando. Mesmo afirmando que o mercado maranhense de arte é praticamente inexistente, ele também colore o cenário: “Em relação ao passado, está bem melhor hoje, porque o público já tem a concepção do valor da aquisição de um trabalho artístico”, diz.

Apesar das mudanças, Fransoufer acredita que as tintas continuarão por um bom tempo no vermelho. “Ainda não dá para viver exclusivamente da arte, tanto que eu trabalho como empresário (ele é dono do sebo Papyrus do Egito), ministro cursos e faço outras atividades”, declara o artista, que descobriu a paixão pelas artes ainda na infância, montando sua primeira individual aos 15 anos. Até hoje, são mais de 80 exposições.

Na visão dele, uma das manchas nas artes maranhenses é a ausência de salões que

apresentem a produção dos profissionais locais. “Precisamos de espaços, como a Coletiva de Maio (salão realizado na década de 90), para mostrar o que vem sendo feito no estado e também para descobrir novos talentos”, declara. Na atualidade, o único espaço do gênero é o Concurso Literário e Artístico Cidade de São Luís, promovido pela Prefeitura de São Luís, mas que peca pela demora no resultado.

Na área do incentivo, Fransoufer cita ações como a do Sistema Indústria (FIEMA, SESI SENAI e IEL), que pagou direito autoral para reproduzir uma de suas obras, a tela Santa Ceia Nordestina, em cartões de Natal em 2006. “São iniciativas que ajudam o artista e divulgam a sua obra, o que é muito compensador”, afirma ele.

## RATOS E CALCINHAS

Marlene Barros, de uma geração mais nova e dona de elogiado trabalho, também se ressentida da falta de grandes salões de arte no estado. “Não temos incentivo público. Brinco dizendo que os nossos salões sofrem com a mortalidade infantil, pois não chegam aos cinco anos”, diz. A artista, que durante muito tempo produziu telas e hoje faz esculturas, também comunga da opinião de que é complicado viver de arte no Maranhão. “Tenho outra fonte de renda e hoje, dou-me ao luxo de não produzir para vender. Daí vieram as exposições de calcinhas na praça (homenagem ao Dia da Mulher) e a dos ratos (protesto com o descaso para com o Palacete Gentil Braga)”, declara a maranhense, que trabalha como programadora cultural do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA.

A experiência com a arte escultórica fez Marlene Barros perceber que o público prefere as telas. “Antes, na época em que pintava, eu vendia mais, então faço as esculturas por prazer, até porque a peça é muito mais cara e leva mais tempo para ficar pronta”, declara a artista.



Obra Santa Ceia Nordestina,  
de Fransoufer

Para concluir sua produção, Marlene Barros afirma que, muitas vezes, investe o próprio salário. “Digo que é uma poupança. Vou usando meu dinheiro e, quando, meses depois, inauguro a exposição e o trabalho vende, recebo o investimento de volta”, compara ela, que é irmã do pintor Fernando Mendonça, radicado há vários anos no Rio de Janeiro.

## ALTA ESTAÇÃO

Com um olhar bem mais otimista, Airton Marinho pinta um cenário agradável aos olhos. Dono de um ateliê instalado há oito anos na Praia Grande, o xilogravurista diz não ver a crise desenhada pelos companheiros por ter investido e hoje colher os frutos do turismo em São Luís. “Para mim, sempre existiu mercado. Vendo muito para maranhenses, mas meu público-alvo é o turista. Nos meses de alta estação (segundo ele, junho, julho e agosto e, depois, dezembro e janeiro até o Carnaval) vendo tudo o que produzo. Trabalho uma técnica diferenciada e a temática regional também favorece”, observa ele.

O preço é outro atrativo, pois em sua arte produz uma matriz e depois faz as cópias desse

trabalho. Assim, o preço do quadro varia de R\$ 50,00 a R\$ 500,00. Funcionário público estadual aposentado, Marinho revela que sua arte contribui com até 80% de sua renda mensal. Marinho criou um estilo próprio em 28 anos de carreira e muitas séries produzidas, algumas premiadas. “Criei uma marca e as pessoas já procuram meu trabalho. Também não deixo as obras antigas caírem no esquecimento. Ainda hoje vendo gravuras feitas em 1979”, declara.

Com essa mesma visão, Fábio Vidotti, mineiro que se apaixonou pelo Maranhão em 1980, segue com sua produção a todo vapor, tanto na escultura como na pintura. “Nossa batalha é diária, precisamos de espaços mais adequados para exposição, mas o mercado de arte em São Luís está em expansão”, afirma ele.

Foi na profissão de metalúrgico que Vidotti começou a se encantar pela arte. Funcionário do Consórcio Alumar, em São Luís, ele viu nas sucatas de aço inspiração para a produção de esculturas. Com o incentivo da empresa, o artista criou as primeiras peças. Até hoje a Alumar doa a matéria-prima. A última doação foi de uma tonelada, em 2006, e deve render ainda mais uma exposição.

## INCENTIVO À INDEPENDÊNCIA

Destacando iniciativas como a do Sistema Indústria, o artista plástico Jesus Santos é taxativo ao dizer que, para haver mercado de arte, é necessário o fim do paternalismo de órgãos públicos. “É preciso que o estado comece a intuir essa mudança por meio de leis de incentivo, acompanhando o crescimento do artista, a sua independência como produtor cultural”, diz. Um fator primordial para ele é o incentivo à participação da iniciativa privada nesse processo via incentivo fiscal - como no caso de leis como a Rouanet de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura.

Em São Luís, indiferentes ao cenário, alguns empresários já apostam na arte como fator

de agregação de valor ao seu estabelecimento comercial. A Galeria da Maggiorasca, que funciona dentro de pizzaria homônima, por exemplo, existe desde 2000 e em fevereiro deste ano inaugurou a 90ª exposição. “Sempre recebi muitos elogios dos clientes pela iniciativa de criar a galeria. Esse termômetro mostra que agreguei simpatia, admiração e respeito para nossa empresa”, diz Mário Cella, proprietário da Maggiorasca e Agente Consular da Itália no Maranhão. Na época em que foi professor da UFMA, criou o Departamento de Assuntos Culturais (DAC).

“A finalidade é criar um espaço alternativo de valorização das artes plásticas no Maranhão e

Como retribuição ao incentivo, Vidotti desenvolve um trabalho reconhecido no estado. A peça Arco e Flecha, da coleção Armas de Guerra, ficou em 1º lugar na categoria Escultura no Concurso Literário e Artístico Cidade de São Luís, em 1997. Dois anos depois, ele ficou em 2º lugar com Mulheres Guerreiras. Em 2001, recebeu menção honrosa por Meninos Guerreiros. Também mereceu o Prêmio Universidade 2000.

## DECORAÇÃO

Quem trabalha com a arte como produto de venda no Maranhão diz que o mercado é incipiente e o estado ainda tem muito a crescer e a oferecer. Na dificuldade de encontrar colecionadores por aqui, esses profissionais abraçaram o viés da decoração e, na maioria das vezes, a negociação é feita diretamente com o decorador ou arquiteto.

Ana Luiza Raposo, empresária de arte que mantém a Galeria Rua Hum, no São Francisco, desde agosto de 2003, afirma que seu principal produto é o artista maranhense. “O mercado de arte em São Luís tem grande potencial de expansão, principalmente com essa clientela que vem

se formando com o crescimento do setor imobiliário na Ilha. As pessoas hoje, quando compram uma obra de arte, já não se preocupam só com a estética, mas com o valor que ela agrega. É uma fatia seleta, mas já existe”, diz ela, lembrando que em algumas ocasiões há uma demonstração in loco do produto para o cliente.

Sob sua chancela, estão obras de Marçal Athayde, Fernando Mendonça, Jesus Santos, Ednilson Costa, Nadilton Bezerra, Mondego, Ana Borges, Claudio Costa, Edmar Santos, Paulo Cesar e Luís Carlos Mathias. A casa também é aberta à visitação pública, das 9h às 18h e três vezes por ano a empresária monta mini-exposições.

Silvânia Tamer, marchand que negocia a produção de artistas maranhenses há 10 anos e produz exposições, vai um pouco além. Hoje, após curso de Técnicas de Transações Imobiliárias (TTI), ela trabalha a venda da obra de arte agregada a do próprio apartamento. O diferencial em seu trabalho, segundo ela, é acompanhar os passos do artista. “Vejo tudo, da produção à organização da mostra”. Na atualidade, ela aproveita viagens à Europa para se aperfeiçoar, fazendo cursos e visitando museus e galerias de países como Espanha e Portugal. ■

contribuir para sensibilizar os clientes ao valor estético da arte. Considero esta iniciativa uma ação pioneira em São Luís, de grande valor social e cultural para o perfil dos frequentadores da pizzaria”, afirma Cella, para quem a iniciativa é também uma forma de fidelizar os clientes.

De olho nesse mercado promissor, a Companhia Vale do Rio Doce também desenvolve projetos voltados para as artes plásticas. Entre eles, exposições fotográficas na Galeria do Armazém, no Centro Histórico de São Luís, que enfocaram temas como cultura popular, culinária, arquitetura e artesanato. Todas as mostras foram inspiradas no Perfil Cultural e Artístico do Maranhão, trabalho de pesquisa patrocinado pela empresa e que englobou várias áreas, entre elas

as artes plásticas.

A Vale também está investindo numa pesquisa sobre o acervo azulejar do estado. Em cinco anos de trabalho, foram estudados e cadastrados na primeira etapa, os azulejos do Centro Histórico de São Luís e de outros municípios. Esses estudos foram voltados para a azulejaria do século XIX, mas nesse processo encontrou-se peças dos séculos XX e XXI.

O Consórcio Alumiar também tem ações voltadas para as artes plásticas. Além da doação de matéria-prima (aço) ao artista Fábio Vidotti, patrocina há mais de uma década o Programa de Artes Plásticas da UFMA, responsável por cerca de 20 mostras por ano de artistas novos e veteranos, no Palacete Gentil Braga.

# MEMÓRIA

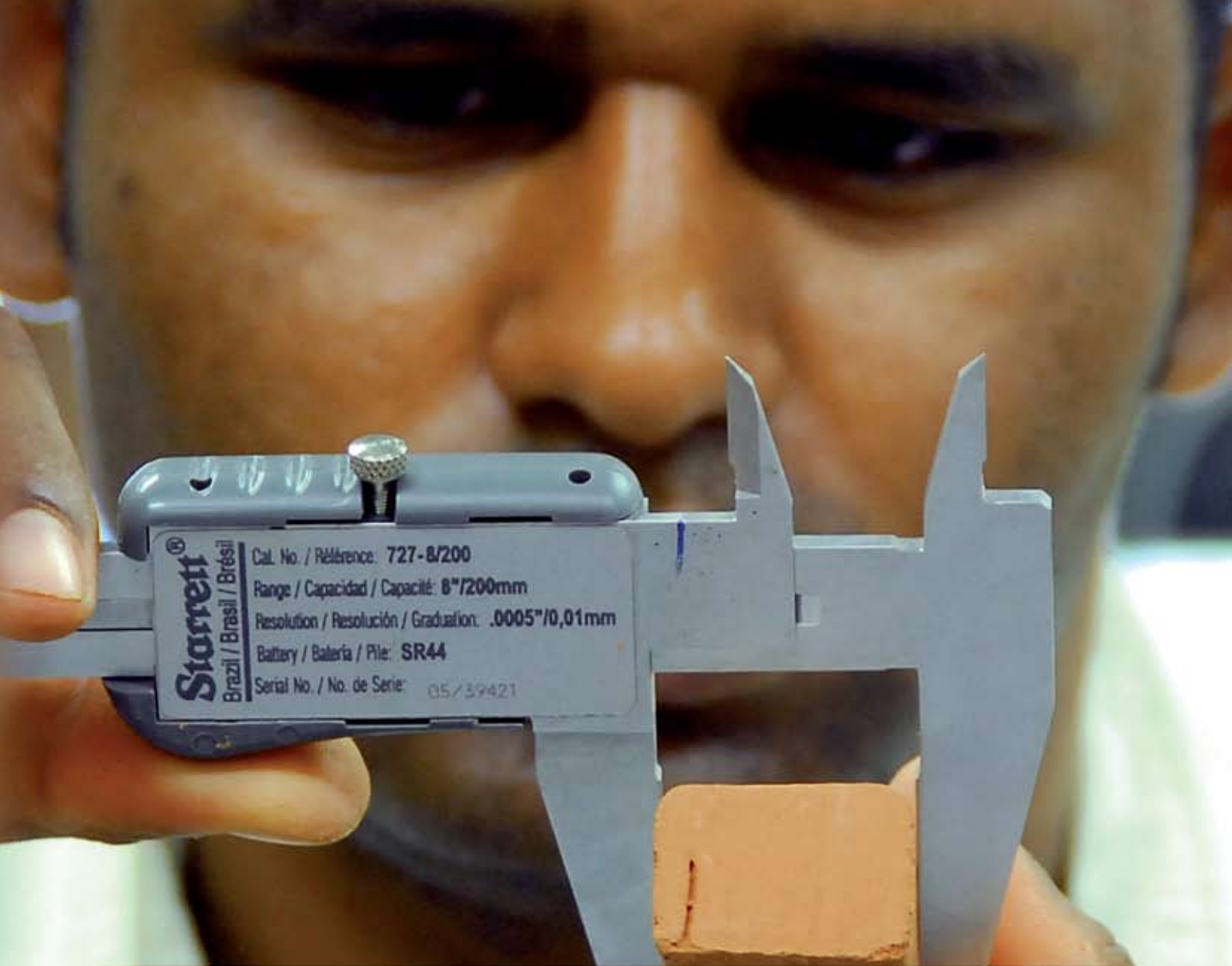
1923

## *Pharmacia Sanitária*



Por Luís Fernando Baima

*Estabelecimento de Jesus Norberto Gomes, o laboratório da Pharmacia Sanitária, de asepsia e hypodermia (sic), fabricava soros terapêuticos e fisiológicos isotônicos, hipertônicos e hipotônicos. Ainda, manipulava comprimidos e óvulos medicinais, industriais e sob encomenda. A indústria ficou conhecida com o lançamento do Guaraná Jesus, em 1920. Em uma das várias versões que cerca a sua origem, a bebida teria sido formulada como um remédio para combater acidez estomacal, ou como uma mistura de dezessete ingredientes que o farmacêutico havia descoberto em uma viagem realizada pela Amazônia. Atualmente engarrafado pela Coca-Cola, o refrigerante é dono de 16% do mercado no Maranhão.*



**Starrett®**  
Brazil / Brasil / Brésil

Cal. No. / Référence: 727-8/200

Range / Capacidad / Capacité: 8"/200mm

Resolution / Resolución / Graduation: .0005"/0,01mm

Battery / Batería / Pile: SR44

Serial No. / No. de Serie: 05/39421

**Aprendizagem Industrial, Cursos Técnicos Profissionalizantes, Aperfeiçoamento e Qualificação Profissional, Serviços Laboratoriais, Serviços Técnicos e Tecnológicos, Certificação de Competências, Exames de Qualificação...**

**SENAI. Soluções sob medida para o sucesso da sua empresa.**

O SENAI - MA oferece, regularmente, 166 cursos em 19 áreas industriais e realiza assessoria técnica e tecnológica para o desenvolvimento da qualidade de produtos e aumento da produtividade. Os profissionais do SENAI analisam os processos de gestão, produção e

execução de serviços, e elaboram diagnósticos com recomendações, além de disponibilizar análises e ensaios por meio dos seus laboratórios.



**SENAI**



# **SESI INDÚSTRIA SAUDÁVEL**

*Qualidade de vida para o trabalhador.*

*Crescimento para a empresa.*



Com o capital humano saudável, bem-disposto e motivado, a produção da empresa melhora. Para isso, o SESI oferece à indústria maranhense soluções em segurança e saúde do trabalho para melhorar a qualidade de vida do industriário e auxiliar no aumento da produtividade.



Informações: (98) 3212-1858 • [www.sesi.org.br](http://www.sesi.org.br) • [www.fiema.org.br](http://www.fiema.org.br)